



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA

**55ª
(QUINQUAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

**TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DEBATER A PROBLEMÁTICA DOS LOJISTAS DA
MULTIFEIRA**

EM 20 DE JUNHO DE 2006.

38

10

48 *laudas*

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Aguinaldo de Jesus a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito aos Deputados que se encontram na Casa do povo que venham ao plenário. Há pessoas na galeria aguardando a presença dos Parlamentares para aprovação de projeto de interesse das categorias.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 52ª Sessão Ordinária;
- Ata da 53ª Sessão Ordinária;
- Ata da 54ª Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	2

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, estão aí fora os feirantes da Multifeira, pois teremos uma comissão geral para discutir esse tema aqui hoje.

Há intenção de se votar hoje um projeto de lei para concessão de crédito, ao qual somos a favor e apresentamos algumas emendas. Se não houver *quorum* para votarmos essa proposição agora, solicito a V.Exa. que façamos primeiramente a comissão geral, que será rápida. Caso haja *quorum* ao final da sessão, passaremos à votação. Assim não atrasaremos um evento que muitas pessoas estão esperando.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Deputada Aríete Sampaio, os Deputados Fábio Barcellos e Brunelli já se encontram na Casa. A CEOF está reunida e alguns Deputados já estão se dirigindo ao plenário. Com a presença desses Parlamentares, poderemos votar o projeto referente ao crédito imediatamente.

Suspenderei a sessão por cinco minutos e irei pessoalmente à CEOF fazer um apelo para que encerrem a reunião, a fim de votarmos o projeto imediatamente.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Eu gostaria de pedir a V.Exa. que autorizasse os feirante a entrarem na galeria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito à Segurança da Casa que deixe os feirantes ocuparem a galeria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	3

A sessão está suspensa por cinco minutos.

(Suspensa às 10h39mín, a sessão é reaberta às 10h48min.)

(Assume a Presidência o Deputado Fábio Barcellos.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Está reaberta a sessão.

Deputados Paulo Tadeu e Augusto Carvalho, Líderes partidários, solicito a atenção de V.Exas. quanto à apreciação do Projeto de Lei nº 2.297, de 2006, de autoria do Poder Executivo.

Nas datas de 23, 24 e 25 de maio passado, chamada a Comissão de Constituição e Justiça a emitir parecer sobre essa proposição, recebeu o Presidente da sessão, Deputado Wilson Lima, a informação de que a CCJ já havia proferido parecer favorável na manhã do dia 23, o que posteriormente não se confirmou verdadeiro.

Assim, para sanar esse equívoco, chamo a CCJ a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 2.297, de 2006, e informo que há uma emenda do PT, aprovada pela CEOF.

Próximo item:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 2.297, de 2006, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a reverter ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), os imóveis que menciona e dá outras providências".

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	4

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de proferir o parecer, eu gostaria de dizer a V.Exa. que, na verdade, foi a minha informação que deu origem ao equívoco; pois, na pauta da CCJ, estava o presente projeto de lei e, naquela manhã, relatei uma proposição que tinha uma ementa muito parecida, da mesma companhia.

Em plenário, eu dei a informação que gerou esse equívoco, mas hoje tenho a oportunidade de relatar o projeto corretamente. Com a indicação do Deputado Brunelli, passo a emitir o parecer ao Projeto de Lei nº 2.297, de 2006.

Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.297, de 2006, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a reverter ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP os imóveis que menciona e dá outras providências".

O projeto, além de atender a todos os requisitos e exigências feitas pela Comissão de Constituição e Justiça para análise de matérias que lá tramitam, enriquece o patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília, porque faz a integração, aos bens da companhia, dos imóveis citados no Projeto de Lei nº 2.297, de 2006, pelo que o encaminhamos pela aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	5

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Sanado o equívoco do referido processo, submeto ao Plenário o referendo das votações das proposições, em primeiro e segundo turnos, realizadas nos dias 23 e 24 de maio.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as proposições permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As proposições estão aprovadas com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, as pessoas presentes nas galerias estão aguardando a realização da Comissão Geral, portanto, seria bom que V.Exa. informasse que a Comissão Geral será realizada logo após essa votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Informo que, após a sessão, será realizada a Comissão Geral.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	6

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.412, de 2006, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional no valor de R\$ 69.298.673,00 (sessenta e nove milhões, duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e setenta e três reais)".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A partir deste momento, a sessão transforma-se em Comissão Geral, conforme requerimento, para debater a problemática dos lojistas da Multifeira, localizada ao lado da Feira dos Importados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, indago a V.Exa. quando esta Casa encaminhará ao Palácio do Buriti os nossos projetos aprovados em primeiro e segundo turnos. O prazo regimental já expirou e os projetos ainda não foram encaminhados à Governadora, para sanção.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Deputado Chico Vigilante, estamos com um problema, apresentado pela CCJ, com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	7

relação às redações finais. Apenas na semana passada pudemos encaminhar um servidor àquela Comissão, por solicitação do Deputado Brunelli.

Espero que, no menor espaço de tempo possível e dentro das possibilidades de ação dos servidores desta Casa, os projetos possam ser encaminhados à Governadora, para sanção ou veto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Obrigado, Sr. Presidente.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

(Assume a Presidência a Deputada Aríete Sampaio.)

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - A presente Comissão Geral, conforme o Requerimento nº 2.389, de 2006, de minha autoria, dos Deputados Fábio Barcellos e Eurides Brito e de outros, destina-se a debater a problemática dos lojistas da Multifeira, localizada ao lado da Feira dos Importados.

Aviso aos presentes nas galerias que, se quiserem adentrar o plenário, poderão fazê-lo por essa porta ao lado. Informo, porém, que não são permitidos cartazes neste ambiente.

Convido, para compor a Mesa desta Comissão Geral: Deputada Eurides Brito; Presidente da Ceasa, Sr. Marco Lima; Administrador do Guará, Sr. Heleno Nogueira de Carvalho. Este já está presente? (Pausa.)

Eu gostaria de avisar a todos os trabalhadores da Defensoria Pública que, como nós temos hoje comissão geral, não votaremos nenhum projeto no dia de hoje. A votação será transferida para amanhã.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	8

Pergunto se o Conselheiro do Tribunal de Contas do DF, Sr. Renato Rainha, já está presente. (Pausa.)

A Dra. Ana Carolina Marques está? (Pausa.)

Daremos início ao evento com as pessoas presentes para não atrasar ainda mais essa discussão.

A motivação dos Parlamentares que assinamos esse requerimento veio da reivindicação de um conjunto de feirantes que atuam na Multifeira em função de impasses existentes desde o início dos trabalhos.

Consta das nossas informações que houve a concessão de uso do terreno de 15 mil metros quadrados, pertencentes à Ceasa, para a edificação de um *shopping* rural.

Essa licitação ocorreu em 1994, por meio do edital de Concorrência Pública nº 1/94 - abertura ao público em 2002.

Consta nesse contrato, "a construção e a administração de um *Shopping* Rural com atividades comerciais que englobassem, dentre outras coisas, a venda e/ou representação de bens e serviços voltados para as atividades agropecuárias".

Posteriormente, a Ceasa rescindiu parte desse contrato e fez um outro com a empresa Tartuce Construtora e Incorporadora, que, posteriormente, cedeu parte dos direitos do empreendimento aos Srs. Gilberto José de Oliveira e Geovane Antunes de Meireles, ato este contestado pelo Ministério do DF.

Segundo o Ministério Público, "a não observância da destinação prevista no edital do certame e seu respectivo contrato se deveu à deliberada opção dos empreendedores réus em explorarem não um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	9

shopping rural mas um *shopping center* popular, mirando exclusivamente a satisfação de seus interesses econômicos, como se fossem proprietários do terreno e da acessão edificada a partir do Contrato 2/94". Esse texto que acabei de ler faz parte da Ação Civil Pública nº 2003.01.1.107759-6.

A empresa responsável modificou a destinação do empreendimento e, inclusive, a estrutura arquitetônica da obra.

Também temos a informação de que a área licitada foi modificada posteriormente à licitação. A área original seria aquela onde atualmente se encontra construído o Hipermercado Extra.

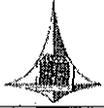
A propaganda usada pela empresa responsável pelo empreendimento, segundo os comerciantes, os induziu acreditar que estavam comprando os boxes, quando, na verdade, tratava-se de um contrato de locação por tempo determinado.

Atualmente, a administradora do empreendimento é a Multifeira Empreendimentos.

Iniciou-se o processo de demolição dos boxes, atingindo o chamado Setor C, com 220 boxes.

Os problemas que constatamos são os seguintes: irregularidades do contrato de concessão firmado entre a Ceasa e a Tartuce e o litígio entre a empresa responsável pelo empreendimento e os comerciantes que afirmam terem sido lesados. Os comerciantes afirmam que as irregularidades e a convivência de agentes públicos foram responsáveis pelo fracasso do empreendimento e pelo prejuízo que tiveram.

Então, esta comissão geral foi convocada com a intenção de que esta Casa Legislativa busque intermediar uma solução para as 700 famílias



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	10

que têm empreendimentos nessa Multifeira a fim de que, de fato, o interesse público seja preservado, sem prejudicar essa coletividade em função de interesses particulares e a fim de que se faça justiça em todo esse processo. (Palmas.)

Com esse objetivo é que se convocou esta comissão geral.

Passarei a palavra aos componentes da Mesa, aos Parlamentares e, a seguir, aos nossos convidados.

Ouviremos, em primeiro lugar, o representante da associação, Sr. José Carlos Pantaleão.

SR. JOSÉ CARLOS PANTALEÃO - Agradeço aos Srs. Deputados a quebra da rotina da Casa.

Faço, em meu nome, como representante da associação, e em nome dos associados, um pedido de socorro, porque vivemos em estado de calamidade. Como é do conhecimento de grande parte da sociedade e desta Casa, fomos lesados por esse empreendimento chamado Multifeira, com a conivência da Administração do Guará, da Ceasa e outros órgãos públicos.

Como foi relatado pela nossa Deputada, o TCDF emitiu parecer em que diz que a Ceasa, também conivente com o erro, teria de indenizar a nós, terceiros que agiram de boa-fé. Fomos ao Ministério Público pedindo ajuda. Eles disseram que não ajudariam porque não defendem pessoas e, sim, áreas públicas, mas nos orientaram a formar uma comissão e procurar um advogado. Pensando que estaríamos querendo tomar a Multifeira, entramos como litisconsorte do Ministério Público, apoiando o Ministério Público a retomar o empreendimento da Ceasa, pois talvez fosse mais fácil negociar com o Governo depois. (s/c)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	11

Fomos enganados por algumas promessas, diante da mídia, de que haveria a possibilidade de doação ou de concessão de uso de uma área na Ceasa para construir um empreendimento, removendo-nos da Multifeira, mas aparentemente isso era só promessa.

Hoje, estamos numa situação em que pagamos um advogado para nos representar.

Essas promessas também vieram de alguns Parlamentares, inclusive na mídia, dizendo que iriam resolver nossos problemas no Natal do ano passado. E já estamos em junho! E agora fomos abandonados pelos Parlamentares, pelo nosso advogado e pelas demais autoridades.

Estamos aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal pedindo socorro aos Srs. Parlamentares. Ajudem-nos a achar uma solução junto ao Governo para resolver o impasse existente entre nós, feirantes, e a Multifeira.

Obrigado,

Respondendo à pergunta feita: Secretário da Agricultura e Ceasa.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Passo a palavra ao Presidente do Ceasa, Sr. Marco Lima.

SR. MARCO LIMA - Sra. Presidente, Deputada Aríete Sampaio; Deputada Eurides Brito; Presidente da Associação, Sr. Pantaleão; caros lojistas da Multifeira e Parlamentares presentes, eu quero agradecer o convite feito por esta Casa para participar deste debate público e aberto à sociedade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	12

Sabemos que se trata de um problema cuja solução tem sido protelada. Nós viemos com total desprendimento, Sra. Deputada, para buscarmos alternativas sérias, sólidas e eficazes.

Desde quando assumimos a Ceasa, há menos de um ano, um dos principais problemas que descobrimos e acompanhamos foi a Multifeira. Entendemos, como o Tribunal de Contas, que o procedimento licitatório feito na época - não me lembro quando - foi errôneo, estava eivado de falhas que agravaram a situação.

Desde quando assumimos a Ceasa, em agosto do ano passado, até por determinação do Secretário de Agricultura, Deputado Pedro Passos, a ideia era de que buscássemos uma solução para os microempresários que estavam ali. Nós estamos até hoje tentando travar debates, buscando algumas soluções e ideias para que se resolva esse imbróglio jurídico.

Várias ações e processos envolvem aquela questão. Hoje, por determinação judicial do Juiz da 7ª Vara, a Ceasa está impedida de realizar qualquer ação no interior da Multifeira. Nós estamos aguardando uma decisão da Secretaria de Fazenda em relação aos precatórios que os empresários apresentaram à Ceasa para o pagamento dos seus compromissos relativos a essa empresa.

É importante informar, Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, que a gestão anterior já havia recebido alguns precatórios como pagamento do contrato com a Ceasa. Assim que assumimos, a administração da Multifeira entrou com novos pedidos de precatório para pagar o contrato com a Ceasa. Nós não aceitamos de pronto. Remetemos os precatórios ao conselho da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	13

empresa e pedimos a ele que analisasse os anteriores, acatados pela gestão anterior.

Isso foi submetido à Secretaria de Fazenda, cujo pronunciamento estamos aguardando porque vai ser um ponto relevante nesta matéria, já que acho que, se a Secretaria de Fazenda acatar e reconhecer os precatórios utilizados, a Multifeira estará, pelo menos do ponto de vista financeiro, regular com a Ceasa. Todavia, se a Secretaria de Fazenda der parecer contrário ao recebimento desses precatórios, não só aos que entraram agora como aos anteriores, cuja veracidade também estamos questionando, o empreendimento estará em débito com a Central, inclusive descumprindo contrato.

Essas informações trago a esta Casa para que sejam analisadas em busca de soluções. A questão dos lojistas é imperiosa. É necessário vontade política desta Casa e do Governo como um todo para se buscar uma solução rápida. Seja a permanência no local, seja um Pró-DF. Não sei. Acho que precisamos buscar uma alternativa rápida. Eu vejo que há um imbróglio jurídico grande que tende a demorar.

Eu gostaria muito que na nossa gestão esse problema fosse resolvido. Estamos com o coração aberto para tentar buscar soluções e ideias. Estou aberto a perguntas para enriquecer o debate e arrumarmos uma solução rápida para o problema.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Obrigada, Sr. Marco Lima, Presidente da Ceasa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	14

Antes de passar a palavra à Deputada Eurides Brito, uma das requerentes da realização desta Comissão Geral, vou fazer a leitura de um texto que considero bastante elucidativo no que tange às dificuldades enfrentadas, hoje, pelos feirantes da Multifeira. Eles estão sendo alvos de especulações aberrantes que lhes trazem prejuízos muito fortes.

Vou ler este documento para mostrar que, às vezes, as pessoas que pretendem intermediar soluções visam a interesses pessoais. É o seguinte:

Brasília, DF, 27 de dezembro¹ de 2005.

Prezado(a) Cliente Lojista da Multifeira,

Conforme já deve ser de seu conhecimento, estamos ultimando um ACORDO, envolvendo a MULTIFEIRA, a CEASA/DF e os LOJISTAS da Multifeira. Pelo acordo, a CEASA/DF estará doando um terreno localizado na lateral sul da Feira dos Importados, onde a Multifeira edificará um novo bloco (nos moldes da Feira dos Importados, com dimensões APROXIMADAS aos boxes da Multifeira) e para o qual os lojistas da Multifeira estarão sendo transferidos. (Estaremos saindo de um negócio "micado" para um negócio de sucesso. Como disse um dos feirantes em uma reunião que realizamos: "...é como se estivéssemos sendo tranferidos do CONIC para o CONJUNTO NACIONAL"). Guardadas as devidas proporções, sabemos que um Box na Feira dos Importados está sendo comercializado por cerca de R\$ 45.000,00, enquanto na Multifeira, tem gente entregando por R\$ 2.000,00.

Não podemos olvidar, por outro lado, que na nova localização existirá a possibilidade futura de adquirirmos o imóvel pelo PRÓ-DF, o que o valorizará sobremaneira.

Tudo será resolvido e homologado através de **MEDIAÇÃO e ARBITRAGEM** (Lei 9.307, de 23.09.96). Para tanto, necessitamos que V. Senhoria compareça em nosso escritório o quanto breve possível, a fim de assinar um instrumento específico para promovermos a mediação e arbitragem.

O Sr. PANTALEÃO, Diretor Presidente da Associação dos Lojistas da Multifeira, estará atendendo e recebendo a todos os interessados em nosso Escritório, a partir da presente data e **até o dia 10 de janeiro de 2006**, a fim de colher as assinaturas dos respectivos instrumentos, bem como dar as necessárias explicações e esclarecimentos, acertar a questão das verbas honorárias e outros detalhes da operação. Solicitamos a todos que façam contacto com o Sr. PANTALEÃO (**fone 9974.9424**) e agendem com ele para tirar todas as dúvidas.

O nosso propósito é que tudo esteja resolvido (**inclusive** com a inauguração do novo endereço) até o início de março de 2006. Para tanto, será necessário "correremos contra o tempo". Imprescindível, pois, que todos compareçam, esclareçam as suas dúvidas e assinem o instrumento até o dia 10 de janeiro de 2006.

Sem outro especial interesse, por ora, reafirmamos a nossa estima e apreço, desejando a todos muita Luz, muita Paz, muito Sucesso e muita Prosperidade no ano de 2006.

Fraternalmente,



RAUL CANAL & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

¹ João, o Evangelista



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	15

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - O Ministério Público ajuizou ação civil pública contra Tartuce Construtora e Incorporadora S/A, Gilberto José de Oliveira, Geovane Antunes Meireles central e Ceasa.

Então, nos parece que os feirantes da Multifeira têm sido alvos fáceis de inúmeras promessas e de intermediações que lhes custam dinheiro. A promessa feita pelo advogado envolveu pagamento de honorários no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) *per capita*.

É fundamental que esta Casa Legislativa, Deputada Eurides Brito, contribua para encontrar uma solução para os feirantes, de forma que eles não continuem sendo alvo de arbitrariedades como vêm sendo até o momento.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito e aos demais Parlamentares que quiserem fazer uso dela.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Deputada Aríete Sampaio, que preside esta Comissão; Sras. e Srs. Deputados, senhores feirantes, prezados assessores da Casa, senhores da imprensa, nós consideramos ser este um dos temas mais importantes entre os que temos tratado por meio de Comissão Geral. Nós, que fomos signatários do requerimento, estamos acompanhando o problema já há algum tempo, por meio de informações, de contatos pessoais, de pessoas que nos buscam, todos tentando, da melhor maneira possível, encontrar uma solução para o problema.

Ora, nenhum trabalhador, esteja em qual ramo estiver, pode ter tranquilidade em seu negócio se não tem segurança para expandi-lo; para saber se amanhã permanecerá no seu espaço; para saber que pode criar contratos que o endividem porque, dentro do seu planejamento de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	16

trabalhador, ele sabe que a sua renda e o capital que manuseará lhe possibilitará quitar as dívidas.

Então, nós podemos entender a situação em que estão os feirantes da Multifeira. A meu ver, é uma situação de inquietude pior até, parece-me - não sei se nós poderíamos fazer um paralelo -, que a do desempregado. Este tem sempre a esperança de conseguir um emprego, ao contrário de quem gera emprego, que não sabe o que poderá acontecer no outro dia. Portanto, em boa hora resolvemos fazer esta Comissão Geral.

O quadro que se apresenta não é muito diferente: os aproveitadores de um lado e os que querem resolver de outro. A mim não me surpreende ver com que presteza escritórios de advogados chegam para oferecer serviços com condições realmente tão boas, quando poderiam estar oferecendo serviços como um contrato de risco: "Vamos ajudar; se resolvermos, vamos ter realmente a nossa participação". Isso me parece que se enquadra em todas as ilicitudes que a nossa sociedade está acostumada a ver: as vendas de coisas por pessoas que não são delas possuidoras; as chantagens que acontecem de um lado e de outro. Imagino como os senhores e as senhoras estão sendo chantageados.

Eu imaginei, ao ser também signatária do requerimento para realização desta Comissão, que daqui nós poderíamos, Deputada Aríete Sampaio, criar uma comissão composta por Parlamentares e, evidentemente, por representantes dos interessados, para trabalharmos no encaminhamento de todo o problema em busca de solução, com toda a transparência necessária, desejável, exigida; a transparência que é da nossa responsabilidade como representantes da sociedade. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	17

Nós estamos aqui imbuídos exatamente desse espírito, sem coloração partidária ou questão ideológica, sem rancores ou culpa de "a", "b", ou "c". Nós temos que entrar para valer no estudo do problema e ao encontro da solução.

O Brasil está cheio de especialistas em problemáticas, mas estamos precisando de especialistas em "solucionáticas". Esta comissão pode ser uma comissão especialista em solucionática!

Obrigada, Deputada Aríete Sampaio. (Palmas)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Obrigada, Deputada Eurides Brito.

Esta era exatamente a proposta que eu faria ao final da reunião: constituir uma comissão de Parlamentares, junto com a Associação dos Feirantes, para procurarmos o Governo do Distrito Federal e o Ministério Público e fazermos uma conferência para resolvermos definitivamente essa situação.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu, Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

DEPUTADO PAULO TADEU - Deputada Aríete Sampaio; Deputada Eurides Brito; Sr. Marco Lima, que já foi Deputado Distrital e que preside essa importante empresa no Distrito Federal; Presidente da Associação dos Feirantes; Deputada Erika Kokay, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa; demais presentes, é evidente que esta discussão relacionada a Multifeira não é nova nesta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	18

Eu, particularmente, já tive a oportunidade de participar de debates relacionados por pelo menos duas vezes neste plenário. No meu gabinete, tenho recebido feirantes e já conversei com os demais Parlamentares a respeito disso uma boa quantidade de vezes.

Entendemos que houve erro na construção da política pública que garantisse ao Estado a possibilidade de fazer valer a sua vontade, planejando de maneira correta uma situação que, de fato, gerasse aquecimento da economia desse setor, garantindo não só o sustento dessas famílias bem como a ampliação da atividade econômica. Houve erro na origem dessa discussão.

Parece-me que os únicos prejudicados foram o Estado e os feirantes, porque os empresários, de uma maneira ou de outra, fizeram um empreendimento e garantiram seus lucros. Essa é uma situação que entendo que o Estado tem de corrigir. Se este iniciou essa política pública voltada para a construção desse empreendimento e só lucraram os empresários, alguma coisa está errada.

Essa comissão, com cuja formação eu concordo, Deputada Aríete Sampaio, tem de apontar o seguinte: o Estado tem de assumir o controle. (Palmas.) Qualquer alternativa vai, mais uma vez, figurar como coisa que não anda, não sai do lugar como uma esteira de academia, em que você corre, corre, mas não sai do lugar.

Eu vejo as pessoas frustradas, tristes, reclamando dos prejuízos enormes. A Deputada Aríete Sampaio faz parte de nossa bancada; a Deputada Erika Kokay, de uma maneira ou de outra, também já atuou nessa relação, e temos certeza de que vamos ter capacidade para dizer que o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSE. COM. GERAL	19

Estado tem de intervir de maneira concreta e garantir, com pulso forte, a reorganização dessa política, para que possamos dar solução definitiva.

Aqui já discutimos vários projetos relacionados à área que chamamos de setor produtivo. Por aqui já passou o PRÓ-DF. Aprovamos o PRÓ-DF 1 e PRÓ-DF 2. O Extra, situado ao lado da Câmara Legislativa, recebeu uma área nobre, que inicialmente seria destinada a um hospital público, num preço bem mais acessível, com possibilidade de pagamento em mensalidades a perder de vista. Assim foi feito com o Atacadão de Taguaíinga e em outros lugares de Brasília. Temos as ADEs - áreas de desenvolvimento econômico - em cada cidade. O Governo aprovou lei que possibilitou a solução para o setor produtivo. Então, alternativas existem.

Esta Casa está sempre aprovando projetos de interesse do setor produtivo que amenizam questões relacionadas aos impostos, ao ICMS, por exemplo. Podemos tomar uma série de medidas. Esta comissão tem de apontar para isso e, ao mesmo tempo, trazer discussões para o plenário, a fim de que aprovemos as medidas necessárias para solucionar essa questão.

É claro que os feirantes presentes têm grande acúmulo nessa matéria e podem, com certeza, apresentar alternativas para os Parlamentares, que procurarão transformar em ações legislativas as alternativas que porventura essa comissão, o Governo e os feirantes venham a apontar.

Com essa intervenção, quero comunicar aos feirantes e aos Parlamentares que a bancada do Partido dos Trabalhadores tem o

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	20

compromisso de procurar, juntamente com os demais setores envolvidos na matéria, alternativas concretas e reais.

Era o que eu tinha a dizer. Aponto concretamente para a construção dessa comissão e, a partir daí, para a busca de alternativas para que possamos discutir a matéria.

Sra. Presidente, Deputada Aríete Sampaio, parabênizo V.Exa. que, desde o primeiro momento, assumiu o compromisso de promover a convocação desta comissão geral para construirmos alternativas.

Parabenizo também o Governo, representado pelo ex-Deputado Marco Lima, que se faz presente para debater tão importante matéria. Parabenizo também os demais Parlamentares. Espero que daqui possamos "sair da esteira" e, efetivamente, começar a caminhar rumo à solução definitiva para a questão da Multifeira.

Parabenizo mais uma vez a Deputada Aríete Sampaio.

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Obrigada, Deputado Paulo Tadeu.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes a esta Comissão Geral, desejo um bom-dia a cada um de vocês. Saúdo os membros da Mesa e parabênizo a iniciativa dos Parlamentares que, em função de uma discussão articulada nesta Casa, apresentaram a proposta de realização desta comissão geral na Câmara Legislativa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	21

Já tentamos, por várias vezes, resolver o problema da Multifeira e dos feirantes. Acho que esta Casa tem a responsabilidade de buscar a resolução disso. Falo desta Casa como um todo. Os Parlamentares em especial não têm responsabilidade pelo que aconteceu na Multifeira, mas têm de buscar soluções. É uma fratura muito exposta o que está acontecendo com os feirantes dessa feira em um Estado Democrático de Direito, que está sendo ferido. Isso é explícito.

Houve um deliberado processo de enganação dos feirantes. Não podemos simplesmente permitir que isso continue existindo. Eu pontuaria, com relação ao que disse o Líder Deputado Paulo Tadeu, apenas um aspecto: não é verdade que os grandes prejudicados foram o Estado e os feirantes. Os prejudicados foram os feirantes. O Estado talvez não ocupe, nesse caso, uma função de vítima desse processo, mas de "vitimizador", porque permitiu que isso ocorresse. (Palmas.) Permitiu que um contrato de compra e venda fosse transformado em contrato de locação; permitiu que o projeto original de *shopping* rural fosse transformado em outro projeto e permitiu que a administração da Multifeira não fosse exercida pelos feirantes com a parceria do próprio Estado.

Então, não considero que o Estado seja vítima desse processo. Empresários não caminhariam com tanta desenvoltura se não tivessem o respaldo do Estado, para permitir e ver o sonho sendo quebrado em mil pedaços, os sonhos desses que investiram o que tinham e se desfizeram de seu patrimônio para participar de um projeto que teoricamente estava respaldado pelo Estado, que permitiu que esses feirantes vissem o seu sonho ser triturado sem reparação de direitos dos feirantes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	22

É salutar que esta Casa se mobilize para buscar solução. É salutar o que foi dito antes pela Deputada Aríete Sampaio: que esta Casa crie uma comissão - agora, essa proposta foi feita pela Deputada Eurides Brito - para buscar uma solução.

O Estado tem que reconhecer a sua responsabilidade e reparar o dano se é que é reparável, porque há angústia ao se verem os boxes abandonados, porque não há investimento. Tudo o que aconteceu talvez não se repare. No entanto, deve-se buscar compensar o que vitimou os feirantes. A partir daí, esta Casa tem de se debruçar para alcançar uma solução que talvez seja o Pró-DF, porque não se trata só da angústia dos feirantes, o que por si só já justificaria toda a nossa ação, mas, fundamentalmente, uma fratura do Estado Democrático de Direito.

Como é que o Poder Público pode permitir que isso aconteça de forma tão explícita e exposta? Como pode permitir que pessoas sejam enganadas dessa forma, achando que é natural e normal e não busque uma mobilização no sentido de reparar esses danos?

Por isso, encerro dizendo que esta Casa tem a responsabilidade de, em parceria com as verdadeiras e únicas vítimas desse processo, os feirantes, negociar com o Estado e o Poder Público, como bem disse a Deputada Aríete Sampaio, na perspectiva de reconhecer a sua responsabilidade e, a partir disso, busque os mecanismos para superar o dano provocado. Senão, temos de questionar se temos aqui uma democracia, um Estado Democrático de Direito.

(Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	23

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Obrigada, Deputada Erika Kokay.

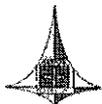
Sem dúvida, esse processo trouxe inúmeros prejuízos que têm de ser reparados por meio de diversos instrumentos. A primeira grande questão é como encontrar uma saída para a continuidade da atividade dos feirantes como pequenos empresários. A segunda é como serem ressarcidos dos danos causados, o que envolve outro aspecto da discussão. Tanto o empreendedor da Multifeira como o advogado que causou prejuízo aos feirantes.

Representando o PMDB, está aqui a Deputada Eurides Brito. O PT está representado por nós e podemos definir uma pessoa para fazer parte dessa comissão. Podemos ainda convidar parlamentares de outros partidos para participar dessa comissão. Assim, daremos mais peso à questão. A Deputada Eurides Brito e eu nos encarregamos de montar essa comissão para reivindicar uma audiência com o Governo do Distrito Federal para a qual iríamos nós, Parlamentares, a associação dos feirantes, a Ceasa, o representante do Ministério Público a fim de encontrarmos uma saída e equacionar esse problema.

É claro que o Governo vai tentar construir uma proposta, porque tem melhores condições do que nós de saber qual a alternativa que pode ser oferecida aos feirantes. (Palmas.) Que isso seja rápido porque o tempo urge. Temos de encontrar uma saída rápida para tudo isso.

Embora não seja habitual, facultarei o uso da palavra a três pessoas para breve intervenções.

Concedo a palavra ao Sr. Marco Lima.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	24

SR. MARCO LIMA - Sras. Deputadas Aríete Sampaio, Eurides Brito e Erika Kokay, Srs. Deputados Paulo Tadeu e Chico Vigilante, sugiro que seja incluído nessa comissão um membro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que tem baixado resoluções temerárias. Ao mesmo tempo em que o TCDF, em sua última resolução sobre o assunto, aponta irregularidades no processo licitatório e aplica multa ao gestor da Ceasa à época, também faculta aos empresários o direito de permanecer com o contrato por dezoito anos, sem autorizar a Ceasa a renovar esse contrato. É importante esse Tribunal estar inserido nessa comissão para, lá na frente, não ser empecilho ao trabalho dela.

Concordo com a Deputada Erika Kokay, realmente houve erro da gestão da Ceasa à época em ter feito vista grossa à mudança do objeto em si e, principalmente, em ter elaborado um projeto que beneficia os empresários com um todo. Ao nosso ver, do ponto de vista social, deveria ter sido feito um projeto como o da Feira dos Importados, que beneficiou os pequenos e não os empresários. O grupo dos empresários se fez valer desse contrato e fez locações. O Estado errou nesse ponto.

Deputada Erika Kokay, discordo de que a Ceasa não tenha tido prejuízo. Teve e está tendo. Eles estão tentando honrar os seus compromissos com precatórios. Para a Ceasa, na nossa gestão, isso não é benéfico. Assim que assumimos, quando eles entraram com novos precatórios, remetemo-los ao conselho da empresa e solicitamos que eles fossem enviados à Fazenda para que ela se pronunciasse sobre eles.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	25

O que a Ceasa quer são os recursos previstos nos contratos e não precatórios que podem até ser podres. Então, é importante que a Fazenda se pronuncie sobre isso para que tomemos uma decisão rápida.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Está aceita a proposta do Sr. Presidente da Ceasa, Marco Lima.

Convidamos um conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, mas, infelizmente, ele não compareceu.

Peço que as intervenções sejam, no máximo, de três minutos.

Concedo a palavra ao Sr, Wellington.

SR. WELLINGTON DE QUEIROZ - Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, membros da Mesa, primeiramente, eu gostaria de esclarecer uma situação apresentada por muitos que usaram da palavra.

O meu nome é Weliton de Queiroz, sou advogado de 25 feirantes. A minha banca, Queiroz Advogados Associados, não está entre os que tiveram interesse de enganar e surrupiar os feirantes. Muito pelo contrário. Muito pelo contrário.

Inicialmente, sobre os advogados, é importante, sim, que essa comissão tome medidas. Alertei vários feirantes dos riscos de eles serem ludibriados. Lamentavelmente, todo esse processo foi conduzido pelo presidente atual da associação. Recomendei que os feirantes não fizessem nada porque, na verdade, estavam sendo lesados.

Essas ações foram propostas pelo Ministério Público, Sra. Presidente, antes mesmo de surgirem ações contra a Ceasa.

Havia mobilização dos feirantes, porque eles precisam fazer isso. Sempre foi dito para eles: "Sem mobilização, vocês não conseguirão nada".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	26

O que há por trás disso? Todo um trabalho político voltado a favorecimento dos empresários. E o que aconteceu? Foi contratado. Solicitei que eles fizessem uma associação e se mobilizassem, porque não tem condições de existir uma demanda judicial nesse porte contra as pessoas que estavam sendo emanadas, contra o próprio Estado, que estava violando direito, sem um trabalho político, sem uma associação para representar todos os seus representantes.

Como a nossa banca de advogados não aceitava que fossem menos de cem e que não tivessem associação, recusamos o trabalho; mas, infelizmente, já representávamos essas 25 pessoas, em favor das quais apresentamos ações cautelares, oposição e ação principal, pedindo, inclusive, indenização.

Há ação, inclusive, contra o Ministério Público e contra a Ceasa, os verdadeiros responsáveis pela lesão que estão causando aos comerciantes. São comerciantes, como disse a Deputada Erika Kokay e o Paulo Tadeu, que me antecederam. São verdadeiros trabalhadores que venderam tudo que tinham para investir. Foram enganados pela mídia, pela Multifeira.

Eu vou pedir, Sra. Presidente, porque vou entrar...

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - A gente facultou três minutos para cada pessoa. O senhor não...

SR. WELLINGTON DE QUEIROZ - Perfeito, Sra. Presidente, mas é importante saber também que, nessa comissão, estão esquecendo uma coisa: existe, como o presidente, hoje o liquidante da Ceasa... existem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	27

demandas judiciais nesse sentido. Solicito que dessa comissão fizesse parte o advogado que atua nos processos.

Há a questão jurídica. Vocês falaram de questões por desconhecimento completo. (Palmas.)

Eu queria fazer uma crítica ao liquidante, Sr. Marcos Lima, porque não se tem solução para depois, não. Pode-se ter uma solução hoje. Esses feirantes queriam estar lá, administrando. Há uma associação hoje para administrar aquilo, porque a Ceasa não está recebendo. Uma inadimplente, a Multifeira, há muito tempo não está pagando. E, se V.Exa. for verificar, não existe nenhuma legislação que contemple pagamento de dívida da Ceasa.

Sou tributarista e já antecipo para V.Exa. que não é a Fazenda que vai falar sobre isso. Quem vai falar sobre isso é a Procuradoria. Hoje, no Conselho, tem um Procurador-Geral que faz parte do Conselho da Ceasa.

Estou concluindo, Excelência. Hoje, então, pode-se fazer com que assumam aquela feira os próprios feirantes e que eles possam desenvolver a atividade deles.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Só quero explicar que os advogados são assessores da Associação. Portanto, a Associação está convidada a fazer parte da comissão, assessorada por quem ela houver por bem. Está certo? Para que a gente não confunda o âmbito dessa comissão e não tire dela, justamente, a possibilidade de, efetivamente, encontrar saídas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	28

ORADORA NÃO-IDENTIFICADA - Boa-tarde, Deputada Aríete e demais presentes.

Eu gostaria de fazer três perguntas bem específicas para o Sr. Marco Lima.

Semana passada nós recebemos a decisão da Ceasa a respeito da inviabilidade de fornecer o terreno, tendo em vista parecer jurídico daquela Casa. A pergunta é - esta é a primeira pergunta: por que não tentaram, logo de início, antes de criar a expectativa com relação aos feirantes, ouvir o departamento jurídico antes de criar essa expectativa e deixaram para o final, depois de todas aquelas promessas? Essa é a primeira pergunta.

A segunda é: por que o acordo foi alterado? O acordo prévio que nós tivemos foi um, que o nosso presidente repassou para todo mundo que queria ver e que nos foi passado por meio do nosso advogado e, no dia do acordo, com a pretensão de alterar a cláusula K, alteraram todo o acordo feito anteriormente.

Então, isso já poderia ser considerado nulo de pleno direito porque nós não tivemos acesso a esse segundo acordo, o que nos levou a deduzir que já havia um acordo pré-agendado que não foi aquele do qual havíamos tomado conhecimento. A minha última pergunta é por que esse acordo também transferiu a responsabilidade de resolver o problema do terreno para a LM, quando na verdade a omissão foi do poder público. Este é que teria de resolver.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Mais alguém gostaria de se pronunciar?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	29

SRA. MARIA FRANCISCA COSTA VIEIRA - Todos sabem que compramos isso aqui por causa dessa propaganda linda e maravilhosa desse rapaz muito bonito (mostra um encarte de propaganda). Nós compramos isso aqui, pagamos e fomos iludidos - a Globo também não foi paga.

Vocês já falaram tudo a respeito das inconveniências e da própria ilegalidade que existe dentro da Multifeira, com os que a geram. Ela, hoje, se resumiu ao chamado tal Box 16, aonde os Parlamentares vão para comer e aonde as pessoas vão para dançar samba e forró. Descobriram ainda que lá em cima atende clientela nas noitadas. Já estão todos sabendo disso.

A outra coisa é que nós da ala "C" não tivemos, em nenhum momento, publicação e respeito. Eu comprei dois boxes com o meu fundo de garantia e mais alguma coisa. Quando eles foram derrubar, eu estava operada. E eles derrubaram 220 boxes na ala "C". Foram tão descarados que não disseram para ninguém que iam derrubar esses boxes. Eu tenho R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em mercadoria que eu não sei onde eles colocaram, não sei onde estão. E ainda roubaram o meu *notebook* lá de dentro.

Então, queremos é que o Estado dê solução. Já procuramos com antecedência outros canais e o Governo de várias formas. Já existem pedidos de cinco pessoas, com as quais fomos conversar, para falar com a Governadora. O último foi o Deputado Fábio Barcellos, que me admira não estar aqui, pois gosto muito de S.Exa. No entanto, não conseguimos, de forma alguma, falar com a Governadora.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	30

Nós sabemos que é uma pessoa sensível, que enxerga, e que está sabendo dessas porcarias. S.Exa. está fazendo benefícios para outras comunidades, pois tem uma sensibilidade muito grande quando se trata de questões relativas ao povo. Agora, o que a Multifeira está fazendo? Onde retiraram todos os boxes, onde está só o buraco, eles estão cobrando R\$ 20,00 (vinte reais) o metro quadrado. Estão lá ilegalmente enchendo tudo de coisa nova, de lojas novas. Nas laterais, colocam uns caminhões com uma porção de poltronas para dizer que o local está funcionando, mas lá dentro está um oco, um buraco. Nós "compramos o vento".

Eu queria que o Gil estivesse aqui para eu dizer isso a ele, para lhe dizer que tenho gravada a discussão que nós tivemos, em que eu disse a ele que colocaram aquele termo *res locata* justamente para nos enganar. Eu não sei latim, na minha universidade eu não estudei latim para saber o que era *res locata*. Eles colocaram, eu fui à *res locata*, comprei e achei que tinha comprado alguma coisa, mas comprei o vento que passava por lá.

Então, acho que, assim como eu, todos foram enganados. Espero algo desta Casa, não porque vamos votar nesse ou naquele partido. "Eles são do partido tal, eles procuraram o PT..." Isso é mesquinha. Estamos procurando quem resolva a nossa situação com responsabilidade. Não é PT, não é PC do B, não é nada.

Queremos gente de responsabilidade, e não partidos. Ficam com essa mesquinha porque, agora, a eleição está aí e todos estão atrás do troco, dando um lado do sapato para dar o outro depois que votarem. Certo?

Então, eu gostaria de realmente solicitar que isso fosse levado a sério. Gostei demais da proposta e acho que vamos realmente resolver esse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	31

problema. Não queremos terreno, não. Não queremos terreno em lugar nenhum, queremos o nosso terreno lá, queremos ficar lá dentro, queremos que eles construam lá.

Há mais outra coisa que vocês não sabiam que eu vou denunciar agora. Dos duzentos boxes que eles derrubaram do Setor "C", fizeram o pagamento de cem boxes por meio de enrolação com o que eles venderam em outro lugar, como foi o caso do Joaquim, que comprou. Eles disseram a ele: "Pelos R\$ 60,00 que você perdeu lá porque nós o enganamos, nós estamos lhe dando isso aqui." Agora, desmancharam o dele também. Então, eu acho que isso é mesquinharia, é podridão mesmo.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Eu acho que o desabafo feito pela senhora é de todos aqui presentes. É visível que houve uma - eu queria falar o nome, mas acho pesado falar esse nome aqui - ação absolutamente ilegal, arbitrária, que enganou todos vocês. Como foi mostrado, esse belo empreendimento trouxe frustrações, prejuízos e indignação a todos.

A Sra. Luiza Carolina veio aqui me dizer que ela foi processada justamente porque fez uma crítica, porque chamou a polícia. Então, a vítima transforma-se em réu. Temos de superar esse problema. A forma que temos de contribuir para superar este problema é, de fato, esta Casa assumir o seu papel de intermediar essa solução. Nós temos que depois marcar um encontro com a Governadora ou com alguém designado por S.Exa., - a Deputada Eurides Brito, até por ser da base do Governo, vai contribuir com isso - com a Ceasa, com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas e com a Associação dos Feirantes, para que possamos juntos construir uma

Data	Horário Início	Sessão/Réuniao	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	32

saída, a fim de que vocês não continuem nesse calvário em que estão vivendo.

Peço desculpas a todos por não poder ouvi-los, porque precisamos encerrar esta Comissão Geral. Essa não é uma questão partidária, é uma questão de justiça. É bom que todos aqueles que queiram fazer parte dessa solução possam se somar a esta Comissão. Quanto mais peso político ela tiver, mais rápido será.

Eu gostaria que o Presidente da Ceasa abrisse mão de responder às perguntas, para que pudéssemos responder as mesmas na mesa de negociação. Ali é que saberemos se o Governo, até agora, está se omitindo desse problema. Ele deixou que um empresário particular fizesse um acordo com a Ceasa e depois repassasse esse acordo para outrem, ludibriando a confiança dos feirantes.

Então, qual a alternativa que o Governo encontrará para isso, já que o terreno é de propriedade da Ceasa? Como é que solucionaremos esse problema sem onerar ainda mais os feirantes que já estão por demais prejudicados? Encontraremos juntos essa solução, sabendo que o papel da Câmara Legislativa do Distrito Federal é o de intermediar e cobrar do Poder Público uma saída, uma solução para a Multifeira, para os feirantes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, essa questão da Multifeira não é novidade para nós. Lembro-me da Luiza denunciando essa situação pelo menos desde o início de 2003. Conversamos muito acerca da Multifeira. A sensação que temos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM, GERAL	33

analisando o caso da **Multifeira**, é que Brasília é uma cidade sem lei. (Palmas.)

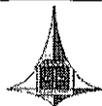
Essa é a sensação que temos, porque pegaram um terreno destinado a um shopping rural e fizeram um acordo com a Ceasa. O Administrador do Guará, Sr. Heleno, deu um alvará que não poderia ter dado. Foi construído esse monumento com a imagem de um ator, fazendo uma propaganda enganosa.

Construíram em cima de um duto da Caesb. Trouxeram o autor e, na verdade, era uma concorrência desleal com a Feira dos Importados. Iludiram as pessoas que depositaram ali toda a economia que tinham e fizeram um mau negócio! Agora quem irá ressarcir a essas pessoa o tempo, o desespero, o gasto que tiveram?

Denunciamos, na época, ao Ministério Público. Eu tinha a esperança e ainda espero, Deputadas Aríete Sampaio e Eurides Brito, que seja feita a apuração que deveria ter sido feita na época, ainda tenho esperança de que alguém ali irá para a cadeia. Espero! Sou um homem de fé! Tenho a esperança, porque vocês são vítimas! O doutor que está aqui sabe que vítima não vai para a cadeia.

Quem vai para a cadeia é o criminoso! Vocês são vítimas de um negócio malfeito, de um negócio que deu muitos prejuízos, trouxe intranquilidade e mortes inclusive. Portanto, Deputada Aríete Sampaio, quero apoiar essa ideia de irmos à Governadora do Distrito Federal, levando conosco essas mães e esses pais desesperados.

Ao invés de chamarmos de **Multifeira**, é o caso de mudarmos o nome para Feira dos Desesperados. Iremos até a Governadora para que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	34

tentar achar uma solução, que passa pela Ceasa, que não tem nada a cobrar de vocês. A Multifeira também não tem como pagar para a Ceasa. Acho que temos de encontrar, do ponto de vista legal, um meio de se fazer uma licitação na qual sejam pontuadas as pessoas que já estão lá, para que seja preservado o direito de quem foi iludido, enganado e roubado, porque isso tem um nome: roubo. Foi roubo o que aconteceu na Multifeira.

Muito obrigado. (Paimas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Nós precisamos encerrar a Comissão Geral.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Antes de encerrar esta Comissão Geral, quero fazer um último registro que considero muito grave.

Um advogado se prestou a intermediar esse termo audiência, mediação e arbitragem, Sr. Raul Canal, chegou a redigir um texto, apresentar à associação, que concordou com ele, mas depois redigiu um outro, com outros termos. Eu acho que cabe, inclusive, que vocês façam uma representação junto à OAB. Essa é uma questão de ética profissional, isso é inadmissível!

Quero reforçar que vocês tomem esta providência. Curiosamente, este mesmo Sr. Raul Canal, além de advogado dos feirantes, era do Conselho da Administração da Ceasa. Eu também peço, Sr. Marco Lima, que o demita, porque ele não pode, ao mesmo tempo, representar os feirantes e ser Conselheiro da Ceasa. Isso é, de fato, uma incongruência inadmissível.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	35

Por último, quero também dizer a vocês que iremos nos empenhar e designaremos uma pessoa da nossa bancada, que não serei eu, porque todos sabem a minha condição de candidata. Não quero misturar as coisas, quero propor que a nossa bancada designe uma pessoa para representar o nosso partido nesta Comissão, A Deputada Eurides Brito representará o PMDB, nós iremos procurar as outras Lideranças para que sejam indicadas pessoas.

Nós iremos marcar o mais breve possível esta reunião com o Governo, com a Ceasa, com o Ministério Público, com a Associação e o Tribunal de Contas do Distrito Federal, antes do início do processo eleitoral. O mais rápido possível, na outra semana, se for possível, porque também não podemos definir a agenda da Governadora, mas tentaremos o mais breve possível, tanto a Deputada Eurides Brito como eu nos empenhar para marcar esta audiência.

SR. WELLINGTON DE QUEIROZ - Sra. Presidente, montaram uma barreira para não conseguirmos chegar até o Governador ou a Governadora.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Então, tentaremos vencer esta barreira.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Nós vamos precisar que vocês levem, na qualidade de associação, todos esses dados para a mesa de negociações. Isso demonstra justamente a necessidade de uma solução rápida para esse problema. Certo?

Agradeço a todos pela presença.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/2006	10h	55ª SES. ORDINÁRIA TRANSF. COM. GERAL	36

Esta comissão geral será encerrada, mas nosso trabalho para solucionar esse problema começa hoje. (Palmas.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a comissão geral.

(Levanta-se a sessão às 12h11mín.)



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA

**ATA SUCINTA DA 55ª
(QUÍQUAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM
COMISSÃO GERAL PARA DEBATER A
PROBLEMÁTICA DOS LOJISTAS DA MULTIFEIRA,
LOCALIZADA AO LADO DA FEIRA DOS
IMPORTADOS.**

EM 20 DE JUNHO DE 2006.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Fábio Barcellos, Wilson Lima e Aríete Sampaio.

SECRETARIA: Deputado Aguinaldo de Jesus.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 10 horas e 31 minutos.

TÉRMINO: 12 horas e 10 minutos.

**ATA SUCINTA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 20 DE JUNHO 2006,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL.**

Revisora: Ana chefe Setas: Fábio (A/SR/SV)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wilson Lima):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DAS ATAS

- São lidas e aprovadas, sem observações, as Atas das 52-, 53ª e 54ª Sessões Ordinárias.

2 ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e referendo das votações, em 1º e 2º turnos, do **Projeto de Lei nº 2.297, de 2006**, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a reverter ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) os imóveis que menciona e dá outras providências".

- Parecer favorável da relatora da CCJ, Deputada Eurides Brito. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

- Referendo das votações do projeto em 1º e 2º turnos. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

Obs.: O Presidente da sessão, Deputado Fábio Barcellos, informa que a CCJ não emitiu parecer sobre esse projeto durante a sua apreciação nos dias 23, 24 e 25 de maio último. Para sanar o equívoco, chama a Deputada Eurides Brito para proferir parecer pela referida comissão. Acrescenta que há uma emenda ao projeto, aprovada pela CEOF. Após a votação do parecer, submete ao Plenário o referendo das votações da proposição em 1º e 2º turnos.

ATA SUCINTA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 20 DE JUNHO 2006,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL.

Revisora: Ana _____ Chefe Setas: Wilson Lima (A/SR/SV)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(2º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 2.412, de 2006**, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito adicional no valor de R\$ 69.298.673,00 (sessenta e nove milhões duzentos e noventa e oito mil e seiscentos e setenta e três reais)". **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Fábio Barcellos):

- Informa que, de acordo com o Requerimento nº 2.389, de 2006, dos Deputados Aríete Sampaio, Fábio Barcellos e outros, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater a problemática dos lojistas da Multifeira, localizada ao lado da Feira dos Importados.

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- **PRESIDENTE DA SESSÃO E AUTORA DO REQUERIMENTO**, Deputada Aríete Sampaio.
- **REPRESENTANTE DO PMDB**, Deputada Eurides Brito.
- **PRESIDENTE DA CEASA**, Marco Lima.
- **PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DA MULTIFEIRA DO DF**, José Carlos de Bastos Pantaleão.

ATA SUCINTA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 20 DE JUNHO 2006,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL.

Revisora: Ana

Chefe Setas: [Assinatura]

(A/SR/SV)



2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO, presidente da sessão e autora do requerimento.

- Explica que a ideia de promover essa comissão geral surgiu da reivindicação dos feirantes da Multifeira, que vêm sofrendo impasses desde a sua implantação.

- Reporta-se ao problema apontado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios: o descumprimento dos termos do contrato, que versa sobre a construção e administração de um *shopping* rural, e não de feira de variedades.

- Acrescenta que o MPDF pediu a rescisão do contrato pela Ceasa com a Tartuce Construtora e Incorporadora, a qual cedeu parte dos direitos a Gilberto José de Oliveira e Antunes Meireles.

- Destaca como problemas as irregularidades do contrato de concessão firmado entre a Ceasa e a Tartuce Construtora e o litígio entre a empresa responsável pelo empreendimento e os comerciantes

- Ressalta que o objetivo desta comissão é intermediar uma solução para que as famílias que possuem boxes na feira não sejam prejudicadas e o interesse público seja preservado.

JOSÉ CARLOS DE BASTOS PANTALEÃO, presidente da Associação dos Lojistas da Multifeira do DF.

- Pede socorro aos parlamentares.

- Acusa a Multifeira, com a conivência da Administração do Guará, da Ceasa e de outros órgãos públicos, de lesar os comerciantes.

- Menciona parecer do TCDF que determina à Ceasa o pagamento a terceiros de boa-fé.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Relata os passos da negociação com o Ministério Público.
- Frisa que os feirantes foram enganados por promessas de concessão de uso de área na Ceasa para construir um empreendimento.
- Reclama de abandono dos parlamentares, do advogado e demais autoridades.
- Reitera o pedido de socorro para uma solução ao impasse entre a Multifeira e os feirantes.

MARCO LIMA, presidente da Ceasa/DF.

- Concorda com o TCDF acerca da existência de erros no processo licitatório da Multifeira.
- Esclarece que existem muitas ações referentes ao assunto, para as quais tem buscado solução desde que assumiu a presidência da Ceasa/DF.
- Informa que há determinação judicial que impede provisoriamente à Ceasa/DF interferir na Multifeira.
- Comunica que aguarda decisão da Secretaria de Fazenda do DF quanto à possibilidade de acatar precatórios apresentados para quitação de débitos dos empresários da Multifeira.
- Manifesta seu desejo de que a questão seja solucionada durante sua gestão.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO, presidente da sessão e autora do requerimento.

- Lê documento encaminhado aos lojistas da Multifeira por Raul Canal & Advogados Associados, que trata de possível acordo a ser firmado entre a Multifeira, a Ceasa/DF e os lojistas.
- Menciona ação civil pública movida pelo Ministério Público contra a Tartuce Construtora e Incorporadora S/A, os Srs. Gilberto José de Oliveira e Geovane Antunes Meireles e a Ceasa/DF.

ATA SUCINTA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 20 DE JUNHO 2006,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL.

Revisora: Ana Chefe Setas: [Assinatura] (A/SR/SV)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Concluí que os feirantes têm sido alvo de promessas e têm acumulado prejuízo.

DEPUTADA EURIDES BRITO, representante do PMDB.

- Compara a situação dos lojistas da Multifeira com a dos desempregados.

- Distingue, dentre os envolvidos, os interessados em resolver o problema e os aproveitadores.

- Julga que os lojistas estão sendo chantageados.

- Propõe que seja constituída comissão integrada por parlamentares e pelos interessados, com o objetivo de solucionar a questão.

- Defende que não haja interferência partidária nem ideológica no estudo do problema.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO, presidente da sessão e autora do requerimento.

- Aprova a proposta da Deputada Eurides Brito.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT)

- Julga que houve erro no planejamento de políticas públicas que gerariam empregos.

- Considera que foram prejudicados feirantes e Estado, ao qual cabe a reorganização dessa política.

- Conclui que os feirantes podem apresentar uma solução que será transformada pelos parlamentares em ação legislativa.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT)

- Reconhece que esta Casa tem a responsabilidade de buscar soluções para os feirantes.
- Acusa o Estado de prejudicá-los, ao dar respaldo aos empresários.
- Acrescenta que cabe ao Estado reparar danos e a esta Casa negociar com o Estado.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO, presidente da sessão e autora do requerimento.

- Pergunta qual a saída para a atividade dos pequenos comerciantes e como ressarcir-los dos danos causados.
- Expressa sua expectativa de que o GDF elabore uma proposta após ouvir comissão formada por parlamentares, representantes da Associação dos Feirantes, Ceasa e Ministério Público.

MARCO LIMA, presidente da Ceasa.

- Sugere que seja incluído, na comissão, um membro do TCDF.
- Julga que o Estado fez vista grossa à mudança de objetivo da Multifeira.
- Discorda da Deputada Erika Kokay: a Ceasa teve prejuízo e, em pagamento, quer recursos, não precatórios.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO, presidente da sessão e autora do requerimento.

- Aceita a proposta do administrador Marco Lima.

WELLINGTON DE QUEIROZ, advogado.

- Esclarece que é advogado de vinte e cinco feirantes e não está entre os que quiseram enganá-los.
- Explica como os orientou.
- Cobra do administrador Marco Lima uma solução imediata.
- Propõe que os feirantes assumam a feira.

MARIA ALBERTINA CARELLI

- Pergunta ao Dr. Marco Lima: por que não foi verificada a viabilidade de fornecer o terreno aos feirantes, antes de ser criada uma expectativa em torno do assunto; por que o acordo do qual os feirantes tomaram conhecimento foi alterado e por que esse acordo transferiu a responsabilidade de resolução do problema do terreno.

MARIA FRANCISCA COSTA VIEIRA

- Mostra a propaganda do que seria a Multifeira.
- Denuncia que a feira se resume ao boxe 16, onde são promovidos encontros políticos e musicais.
- Relata as tentativas de entrar em contato com a Governadora.
- Conclui que o grupo não aceita terreno: quer ficar no local.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO, presidente da sessão e autora do requerimento.

- Lamenta a frustração dos que acreditaram em um suposto belo empreendimento.
- Cita o caso de Luísa Carolina, que se transformou de vítima em ré.
- Acredita que a Deputada Eurides Brito colaborará na marcação do encontro com a Governadora.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT)

- Pergunta quem vai ressarcir os feirantes vítimas de propaganda enganosa.
- Declara sua adesão à defesa de quem foi roubado.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO, presidente da sessão e autora do requerimento.

- Registra que o advogado Raul Canal alterou o texto inicialmente apresentado à Associação.
- Acrescenta que esse advogado representa os feirantes e a Ceasa ao mesmo tempo, irregularidade que deve ser relatada à OAB/DF.
- Informa que solicitará ao PT a indicação de representante na comissão.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO, presidente da sessão e autora do requerimento.

- Ressalta que a realização dessa comissão geral terá continuidade com a abertura dos trabalhos da comissão proposta hoje em plenário.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputada Aríete Sampaio);

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

**ATA SUCINTA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 20 DE JUNHO 2006,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL.**

Revisora: Ana Chefe Setas: Julia (A/SR/SV)